



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 12, Issue, 04, pp. 55624-55627, April, 2022

<https://doi.org/10.37118/ijdr.24484.04.2022>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO ACRE/BRASIL

Rair de Lima Nicácio*¹ and Pérsida da Silva Ribeiro Miki²

¹Universidade Federal do Amazonas. Bolsista Fapeam; ²Universidade Federal do Amazonas

ARTICLE INFO

Article History:

Received 17th January, 2022

Received in revised form

23rd February, 2022

Accepted 08th March, 2022

Published online 30th April, 2022

Key Words:

Trabalho docente,
Expropriação, Escola pública,
Educação do campo.

*Corresponding author: Rair de Lima Nicácio

ABSTRACT

O artigo objetiva discutir a categoria precarização do trabalho docente e sua materialidade na educação básica do Estado do Acre. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, com abordagem metodológica de pesquisas de métodos mistos, realizada a partir dos procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica documental. A pesquisa foi realizada na base de dados eletrônicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e em portais eletrônicos governamentais. Os resultados apontaram que a precarização do trabalho docente acreano está associada aos projetos históricos de implementação das políticas de governo, transvertidas de políticas públicas de estado. A pesquisa concluiu que todos os indicadores estudados demonstram ascendente intensificação da precarização do trabalho docente acreano.

Copyright © 2022, Rair de Lima Nicácio, Pérsida da Silva Ribeiro Miki. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Rair de Lima Nicácio, Pérsida da Silva Ribeiro Miki. "Precarização do Trabalho Docente no Estado do Acre/Brasil", *International Journal of Development Research*, 12, (04), 55624-55627.

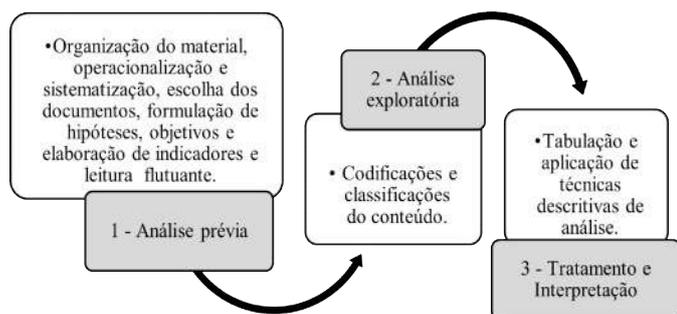
INTRODUCTION

A precarização do trabalho (Alves, 2007; Barbier, 2000; Castel, 1995; Franco *et al.*, 2009; Marx, 2008, 2013), mesmo sendo um tema muito discutido na atualidade, não está esgotado, especialmente no cenário brasileiro, onde insurge uma nova realidade pautada na exploração capitalista voltada a expropriação dos trabalhadores. Sob os ditames do capitalismo imperialista, a precarização do trabalho não atinge somente a força de trabalho, tornando-o mercadoria, mas atinge em igual profundidade também o "homem que trabalha" em sua subjetividade enquanto sujeito que, também por meio do trabalho, constrói sua identidade pessoal e social (Alves, 2007, 2011, 2012). Trata-se pois de um desafio incessante, compreender o que é e como ocorre a precarização do trabalho. A educação amazônica possui particularidades e especificidades, e o Acre está inserido nesses contextos. Com o sistema público de ensino distribuído nas mais diferentes localidades do Estado, possui aproximadamente 61% de suas escolas localizadas em zonas urbanas e 39% nas zonas rurais (Inep, 2020). A maioria dos professores trabalham em condições precárias, em espaços improvisados ou inadequados, desenvolvendo multifunções, em sistema de turmas multisseriadas, contratados temporariamente, além da baixa remuneração. Todos esses fatores contribuíam para a precarização do trabalho docente. A fim de buscar responder à seguinte questão de pesquisa "o que constitui a precarização do trabalho docente na educação básica pública acreana?", nos propomos discutir a categoria precarização do trabalho docente e sua materialidade na educação básica do Estado do Acre.

METODOLÓGICO

Dada a sua natureza metodológica, trata-se de uma pesquisa qualitativa (ou mista), pois considera-se, a priori, que mesmo com aspectos teóricos e metodológicos próprios, não há contradição metodológica entre suas abordagens, pois o que fundamenta sua importância é a natureza do objeto a ser estudado e o propósito da pesquisa (Gamboa, 2007; Gatti, 2007; Minayo, 1997). A tipologia de pesquisa seguiu os procedimentos das pesquisas exploratórias, pois buscam proporcionar ao pesquisador maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito para auxiliar na construção das hipóteses (Gil, 2019; Marconi *et al.*, 2003). Considerou ainda, que os procedimentos da pesquisa descritiva, visa à descrição das características de determinada população ou fenômeno, além de possibilitar a identificação de possíveis relações entre variáveis (GIL, 2019). Empregamos a pesquisa bibliográfica com pesquisas selecionadas da base de dados eletrônicos do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), publicados no período de 2016 a 2020, a partir do descritor "precarização do trabalho docente. A pesquisa documental foi utilizada para coleta de documentos em portais eletrônicos governamentais federal e estadual e também à sessão de dados abertos do sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) entre 2016 e 2020. As informações extraídas, foram as dos dados dos professores da educação básica pública acreana sobre os seguintes indicadores: docentes por dependência administrativa e localização; docentes por situação funcional, regime de contratação ou tipo de vínculo; esforço

docente, docentes por nível de escolaridade; regularidade do corpo docente e remuneração média dos docentes. O material coletado na pesquisa bibliográfica e na pesquisa documental foram armazenados, organizados e fichados, através do Mendeley, software de acesso gratuito de gerenciamento de anotação, compartilhamento, criação e citação de referências bibliográficas. O material de expressão quantitativa foi armazenado, organizado e tratado utilizando-se o software de análise estatística, Statistical Package for the Social Sciences (IBM SPSS), conforme o descritor selecionado. Para o desenvolvimento da análise de conteúdo, aplicou-se a técnica descrita por Bardin (1986), sob a designação de análise temática ou categórica, que consiste na decomposição de textos em unidades e depois classificação por reagrupamento. Prevê três etapas de execução:



Fonte: Elaborada pelos autores (2020), com base em Bardin (2010).

Figura 1. Etapas de Análise do Conteúdo

RESULTADOS

Trabalho e Precarização: Entre Concepções e Dimensões: Como premissa inicial, abordamos o conceito de trabalho humano em sua dimensão ontológica, bem como, sua transformação em força de trabalho e como mercadoria sob os ditames do modo de produção do sistema capitalista. Neste sentido, nos apoiamos no conceito de trabalho elaborado e defendido por Marx (2013, p. 255) ao afirmar que “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Nessa mesma linha de entendimento, o trabalho é compreendido por Kosik (1986, p. 180), como “um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade” pois, pelo trabalho, ao criarem e recriarem numa ação consciente, afirmam sua existência. No contexto do capitalismo, o trabalho, como mercadoria, está relacionado à exploração que o empregador faz dos trabalhadores, a fim de obter a maior lucratividade possível e, do outro lado, a venda da força de trabalho pelo menor custo possível, conforme destacado por Marx (2008). Como percebemos, a partir das conceituações de trabalho, é possível inferir ao menos duas dimensões principais: o trabalho como profissão e como uma dimensão constituinte da vida social (Vargas, 2016), ambas implicadas à questão da precarização do trabalho. Nesse sentido, apresentamos sinteticamente no quadro 1, a seguir, alguns apontamentos acerca da precarização e/ou precariedade do trabalho. Diante da variação conceitual de trabalho e de precarização/precariedade, bem como suas dimensões, sigamos ao tópico de abordagem da precarização do trabalho docente e suas implicações na realidade educacional acreana.

Precarização do trabalho docente na educação básica acreana: Apresentamos os resultados e discussões das informações coletadas da análise dos dados abertos do INEP, referentes à educação básica do estado do Acre, à luz do referencial teórico e documental, com enfoque no trabalho docente acreano. No estado do Acre, conforme o regime de trabalho, os professores são classificados em dois grupos: os professores efetivos, ingressos na carreira docente via concurso público e os professores temporários, através de processo seletivo público para prestar serviço em caráter emergencial. Há ainda, dentro do grupo dos professores temporários, aqueles de contratação direta,

que não passam por seleção pública, mas que fazem jus as mesmas obrigações e remuneração do outro grupo.

Quadro 1. Concepções de Precarização/Precariedade do Trabalho

Teórico	Concepção
Barbier (2002)	O termo precariedade decorre da literatura francesa a partir de quatro significados distintos. 1 - “análise da condição social das famílias pobres”; 2 - novas formas de relação de emprego que emergiram a partir da década de 1970; 3 - legislação trabalhista francesa; 4 - passa a “designar o risco e a situação de incerteza decorrente do emprego” (Barbier, 2002, p. 3-4).
Castel (1995)	A precarização do trabalho está relacionada a suas formas de flexibilidade como principal característica das mudanças no mercado de trabalho. Com a flexibilização do trabalho, há aumento das perdas de direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados, levando, por conseguinte, ao aumento do desemprego estrutural, e a intensificação do processo de precarização do trabalho e do trabalhador.
Alves (2007)	A precariedade trata-se de uma “condição sócio estrutural, que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas da vida social” (Alves, 2007, p. 113). A precarização, por sua vez, diz respeito a um modo de reposição sócio histórica da precariedade.
Franco e Druck (2007)	Trabalho precário é o trabalho em condição instável, dependente e impotente frente ao modo de produção capitalista. Inserem-se nessas condições precárias, o trabalho temporário e instável, desprovido de garantia de direitos, afetando inclusive a identidade coletiva dos trabalhadores, com perda da dimensão social do trabalho.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Tabela 1. Percentual de Docentes do Estado do Acre por Etapa de Ensino

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2020	19%	61%	20%
2019	18%	61%	21%
2018	18%	62%	20%
2017	18%	62%	20%
2016	17%	63%	20%

Fonte: Elaboração própria (2020), com base em dados do INEP (2016 a 2020).

Dos dados coletados, destacamos primeiro os dados sobre o número de docentes de acordo com a etapa de ensino, conforme a Tabela 1. O grande território amazônico brasileiro possui entre suas características geodemográficas a dispersão de sua população e a dificuldade de acesso fazendo com que as comunidades nelas estabelecidas apresentem um índice populacional pequeno. No estado do Acre isso está caracterizado pela distribuição populacional segundo situação domiciliar rural, correspondendo à 27,4% do total (Ibge, 2010), em que há a dispersão populacional em ramais, unidades de conservação de uso sustentável, assentamentos agrícolas e terras indígenas, em que habitam agricultores, ribeirinhos, extrativistas e povos indígenas. Os dados da distribuição dos docentes da educação básica, por situação funcional, regime de contratação ou tipo de vínculo, estão organizados na tabela 2, a seguir. As informações referentes à escolaridade e formação acadêmica dos docentes acreanos também são outros indicadores de como o trabalho docente ainda ocorre de forma precarizada, conforme demonstra a tabela 3. O aumento positivo desses quantitativos decorrem da inserção dos professores que trabalhavam sem formação específica no Programa Especial de Formação de Professores para Zona Urbana em municípios de difícil acesso e do Programa Especial de Formação de Professores para Zona Rural (Profir), ocorridos entre 2006 e 2011 e, no Acre, a partir de 2011, através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), implementado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em parceria com a Universidade Federal do Acre (UFAC) e colaboração dos governos municipais, ofertando cursos de formação inicial e continuada.

Tabela 2. Percentual de Professores do Estado do Acre por Tipo de Vínculo de Trabalho

Ano	Nº de Professores	Concursado/efetivo/estável	Contrato Temporário	Contrato terceirizado	Contrato CLT
2016	10.579	29,56	69,0	0,1	1,34
2017	11.706	31,3	67,0	0,4	1,30
2018	12.103	28,42	70,2	0,1	1,28
2019	10.832	29,86	68,26	0,3	1,58
2020	9.314	40,94	57,21	0,3	1,55

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do INEP (2016 a 2020).

Tabela 3. Percentual de Professores do Estado do Acre por Escolaridade e Formação Acadêmica

Ano	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduação		Total
			Com licenciatura	Sem licenciatura	
2020	2%	18%	76%	4%	100%
2019	2%	21%	72%	5%	100%
2018	2%	35%	60%	3%	100%
2017	2%	36%	60%	2%	100%
2016	2%	31%	64%	3%	100%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do INEP (2016 a 2020).

Tabela 4. Percentual de Professores do Estado do Acre por Indicador de Regularidade Docente

Níveis do IRD	Descrição	2020	2019	2018	2017	2016	Média
Baixa	Tempo médio de permanência de 1,5 anos nos últimos 5 anos	31,2	37,2	35,7	38,5	38,7	36,3
Média Baixa	Tempo médio de permanência de 2 anos nos últimos 5 anos	41,9	40,8	42,6	39,6	37,9	40,6
Média Alta	Tempo médio de permanência de 2,5 anos nos últimos 5 anos	20,7	17,5	16,6	14,8	15,2	17,0
Alta	Tempo médio de permanência de 3,5 anos nos últimos 5 anos	6,2	4,5	5,1	7,1	8,2	6,2

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do INEP (2016 a 2020).

Tabela 5. Percentual de Professores do Estado do Acre por Remuneração Média Mensal

Carga Horária	Nível Superior	
	Completo	Incompleto
30 h	R\$ 2.724,43	R\$ 1.607,67

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do INEP (2016 a 2020); RAIS (2017)

Analisando o Indicador de Regularidade do Docente (IRD) da Educação Básica acreana, constataram-se que são altos os índices, conforme expressa a tabela 4. No contexto das escolas acreanas incluem-se ainda nos fatores que contribuem para a rotatividade docente, principalmente nas escolas localizadas na zona rural, baixa remuneração em relação às multifunções que exercem, baixa qualificação, dificuldade de acesso por falta de ajuda de custo para locomoção, não permanência na comunidade onde a escola está inserida por falta de estrutura física e condições de permanência, tais como, moradia, alimentação, saúde. Nesse viés, como último indicador de precarização do trabalho docente, apresentamos a sobre a questão da remuneração dos docentes da educação básica no estado do Acre, conforme a tabela 5. Trouxemos à discussão questões referentes as condições de trabalho e remuneração a que esses profissionais são submetidos. No entanto, é importante salientar que associado a isso, ainda poderíamos alargar a discussão sob a perspectiva da perda dos direitos trabalhistas, o que necessitaria de maior aprofundamento para futuros trabalhos.

Considerações finais: O objetivo deste artigo foi discutir a categoria precarização do trabalho docente e sua materialidade na educação básica do Estado do Acre. Ao fazermos a revisão da literatura sobre trabalho e precarização verificamos que é um processo em ascensão decorrente da reestruturação produtiva do trabalho, com impactos consideráveis também no trabalho docente. A análise dos dados evidenciou a grande incidência de contratações de professores temporários ao longo dos anos de 2016-2020, assumindo um viés de política de governo. Por outro lado, não se observou o enfrentamento dessa problemática através de políticas públicas, coadunando com a tendência neoliberal de gerenciamento das relações de trabalho para diminuir as despesas nas áreas sociais. Dessa relação entre desigualdade e redução do trabalhador à condição instável de trabalho, paradoxalmente, permanecem algumas formas de precarização como a baixa remuneração e alta rotatividade docente,

que resultam na desvalorização do seu trabalho. Por outro lado, os professores, para suprir suas necessidades básicas, sujeitam-se a essas condições, tendo em vista que é na administração pública estadual e municipal que existe mais vinculação empregatícia, mesmo as condições não sendo as melhores, como é o caso da situação instável de trabalho em que vivem os professores de contratação temporária. Outro aspecto que não pode deixar de ser levado em conta no estudo das condições de trabalhos dos docentes da educação básica acreana refere-se às especificidades sociodemográficas, que caracterizam a o estado do Acre.

REFERÊNCIAS

- Alves, G. 2007. Precariedade e precarização do trabalho. In: Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina, *Praxis*, Bauru: Canal 6, (2ª ed.). ftp://ftp.unilins.edu.br/leonides/Aulas/Form%20Socio%20Historica%20do%20Br%20202/Dimens_es%20da%20reestruturacao%20produtiva.PDF.
- Alves, G. 2011. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. *Revista da Rede de Estudos do Trabalho*, São Paulo, Ano V, n. 8, p. 1-31. https://www.academia.edu/36908716/Trabalho_subjetividade_e_capitalismo_manipulacao%3B3rio.
- Alves, G. 2012. *Trabalho docente e precarização do homem-que-trabalha*. São Paulo: Blog da Boitempo. <https://blogdaboitempo.com.br/2012/11/16/trabalho-docente-e-precariacao-do-homem-que-trabalha/>.
- Barbier, JC. 2002. A Survey Of the Use of the Term *précarité* in French Economics and Sociology. In: *Document de Travail*, França, nº 19.
- Bardin, L. 2010. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

- Brasil. 2019. *Relação Anual de Informações Sociais*. <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>.
- Castel, R. 1995 *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, L'espace du politique, 1995. Trad. bras. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- Franco, T. et al. 2009. O trabalho contemporâneo no Brasil: terceirização e precarização. In: *Seminário Fundacentro*. Salvador.
- Gamboa, S. S. 2007. Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: SANTOS FILHO, J. C. dos; GAMBOA, S. S. *Pesquisa educacional: quantidade-qualidade*. (6ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Gatti, B. A. 2007. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Liber Livro.
- Gil, A.C. 2019. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. (7ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Ibge. 2010. Estado do Acre: População residente por situação domiciliar (urbana/rural). <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/panorama>.
- Inep. 2020. *Sinopse estatística da educação básica*. <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>.
- Kosik, K. 1986. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Marconi, M. de A. et al. 2003. *Fundamentos de metodologia científica*. (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Marx, K. 2008. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Florestan Fernandes. (2ª ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. 2013. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, Livro I.
- Minayo, M. C. de S. 1997. *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. (7ª ed.). Petrópolis: Vozes.
